

Atualidade pandêmica e as particularidades da condição migrante: um debate sobre o direito a ter direitos

Diane Portugueis¹

Suélen Cristina de Miranda²

Clara Scaldelai do Nascimento³

RESUMO

O manuscrito aborda a condição do ser/estar migrante na atualidade sociopolítica brasileira, por meio da interlocução de três profissionais e pesquisadoras a respeito do movimento necropolítico e das vulnerabilidades impostas diariamente pela hospitalidade condicionada. Objetiva-se contribuir para a construção de um lugar que não naturalize e homogeneíze o migrante como categoria, propondo a ampliação do entendimento de sua singularidade e das particularidades que atravessam a migração. Ao subjugar existências, potenciais são apagados e direitos silenciados, e é somente com a escuta deste silêncio que a morte simbólica condicionada à não garantia de um lugar de existência genuína pode, talvez, ser combatida. Por fim, pontua-se a necessidade que o tema das migrações deixe de ser um tópico marginal, tendo ampliado o enfoque na sua relevância.

Palavras-chave: Migração; Garantia de Direitos; Hospitalidade; Inclusão; Exclusão.

¹ Pós-doutoranda bolsista CAPES, doutora e mestre em Psicologia Social (PUCSP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), graduada em Psicologia (Mackenzie). Integra o corpo docente do curso de Pós-graduação em Suicidologia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). <http://orcid.org/0000-0002-8347-2761>. <http://lattes.cnpq.br/3641556230431708>. dportugueis@gmail.com.

² Doutoranda e mestre em Psicologia Social (PUCSP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM). cursou extensão universitária em Analista de Recursos Humanos (FGV) e graduação em Psicologia (Mackenzie). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, e mantém seus interesses acadêmicos voltados para Psicologia Social, Identidade e Migração. <https://orcid.org/0000-0003-4146-0006>. <http://lattes.cnpq.br/1122463673971080>. suca_miranda@hotmail.com.

³ Mestre em Psicologia Social (PUCSP), junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), bacharel em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo. Atua com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com foco na proteção social básica e nas intersecções entre Organizações da Sociedade Civil (OSCs), políticas públicas e articulações comunitárias. <https://orcid.org/0000-0002-8762-9105>. <http://lattes.cnpq.br/2498695738197693>. clara.scaldelai@hotmail.com.

Artigo

Pandemic actuality and the migrant condition particularities: a debate on the right to have rights

Abstract

The manuscript addresses the condition of a migrant in the current Brazilian sociopolitical situation through the dialogue of three professionals and researchers about the necropolitical movement and the vulnerabilities imposed daily by conditioned hospitality. The objective is to contribute to constructing a place that does not naturalize and homogenize the migrant as a category, proposing to broaden the understanding of its singularity and the particularities that cross migration. By subjugating existences, potentials are erased, and rights are silenced, and only by listening to this silence that the symbolic death conditioned to the non-guarantee of a place of genuine existence can, perhaps, be combated. Finally, the need for the migration issue to stop being a marginal topic is highlighted, having expanded the focus on its relevance.

Keywords: Migration; Guarantee of Rights; Hospitality; Inclusion; Exclusion.

Actualidad pandémica y las particularidades de la condición migrante: un debate sobre el derecho a tener derechos

Resumen

El manuscrito aborda la condición de migrante en la actual situación sociopolítica brasileña, a través del diálogo de tres profesionales e investigadoras sobre el movimiento necropolítico y las vulnerabilidades impuestas cotidianamente por la hospitalidad condicionada. El objetivo es contribuir a la construcción de un lugar que no naturalice y homogeneice al migrante como categoría, proponiendo ampliar la comprensión de su singularidad y las particularidades que atraviesan la migración. Subyugando existencias se borran potencialidades y se silencian derechos, de modo que solamente escuchando ese silencio se puede, quizás, combatir la muerte simbólica condicionada a no garantizar un lugar de existencia genuina. Finalmente, se destaca la necesidad de que el tema migratorio deje de ser marginal, habiendo ampliado el foco sobre su relevancia.

Palabras clave: Migración; Garantía de Derechos; Hospitalidad; Inclusión; Exclusión.

1 INTRODUÇÃO

“[...] Sou brasileira, nascida no Quênia, [...] e levo comigo a identidade e cultura brasileira, porém também levo comigo a identidade e cultura queniana, sendo literalmente uma afro-brasileira, filha de pai africano e mãe brasileira, vivi na pele os conflitos e prazeres de ser uma migrante. O direito de migrar é inviolável, sendo que para isso, deveria se ter um ‘direito’ de receptividade sem preconceitos, sem julgamentos [...]. Ter um diálogo e uma relação saudável frente às diferenças culturais, raciais e de

Artigo

gênero com o migrante e refugiado [...]. Anos após anos, imigrantes e refugiados vivem as mesmas situações boas e ruins, pelo simples fato de serem imigrantes. Acabamos num ciclo vicioso de recepção e imersão em outra cultura, de formas muito parecidas. São poucas as mudanças em relação aos imigrantes e refugiados, pois um imigrante que chegou há 18 anos atrás tem a mesma recepção e adaptação que um imigrante que chegou nestes anos [...]”

(Gilsanne Nthemba Pinheiro Mutuku).¹

O relato supracitado nos sensibiliza e instiga para o debate a seguir. A complexidade envolvendo as temáticas da identidade e das migrações perpassa nuances que não somente se relacionam a escolhas que se dão no momento do trânsito. De fato, tal como retratado no trecho anterior, trata-se de uma jornada marcada por lutas por reconhecimento e validação de direitos. Implica, portanto, na apreensão de diversos aspectos que acompanham a vida do migrante, tais como: sua escolha por migrar, seus contornos, as razões para tal tomada de decisão e, por fim, o modo como é recepcionado e imaginado no novo país. Tal contexto é pertinente para a compreensão da sua constituição como sujeito desejante de novas perspectivas, que necessariamente englobam uma construção social anterior ao projeto migratório, relevante para a manutenção e continuidade de planos posteriores à partida de seu destino original.

O advento da pandemia de COVID-19 veio a desvelar dinâmicas que evidenciam dificuldades ligadas ao empreendimento migratório (RUSEISHVILI, 2020), bem como a integração aos destinos escolhidos, apontando-se, ainda, especial vinculação à figura do estrangeiro como possível disseminador do vírus e responsável pelas mazelas sociais. Ao estranho/estrangeiro, são direcionados medos e julgamentos quanto ao seu trânsito e permanência, cuja interpretação errônea ocasiona problemas sociopolíticos de diversas ordens nos países de acolhimento, sobretudo no que tange seu estabelecimento: como se ao cidadão “estranho” fossem conferidos somente “direitos e nenhum dever” (SANTOS, 2020, p. 10). Logo, a xenofobia, aliada ao desconhecimento e ao racismo estrutural brasileiro, constituem terreno fértil para o surgimento do “bode expiatório”, que passa a absorver parte da responsabilidade por infortúnios cometidos pela sociedade. Tal como aponta Santos (2020, p. 10), trata-se da “clareza pandêmica e as aparições que ela materializa”, de modo que o

Artigo

advento da pandemia “[...] permitiu-nos ver as entranhas de muitas monstruosidades que habitam o nosso cotidiano e nos seduzem com disfarces que, de tão comuns, tomamos por normalidade” (SANTOS, 2021, p. 16).

Recobrando os ensinamentos de Appadurai (2009), lembramos que as violências de larga escala vivenciadas pelo mundo globalizado estabelecem aspectos culturais como seus catalizadores, ou mesmo razões para o desenvolvimento destas, com respostas que objetivam a dizimação do “pequeno número”: sujeitos cujas existências produzem um lugar de incerteza social e impulsionam projetos de limpeza étnica, uma vez que os grupos majoritários necessitam de um objeto para elevar sua sensação de completude, no caso minorias que abarquem suas angústias e ansiedades. Com isso, justificam-se atos de preconceito e violência em prol da defesa do “nacional”, que podem traduzir-se em medidas tanto objetivas – como a privação de direitos –, quanto subjetivas – como o desenvolvimento de lógicas segregacionistas:

[...] a natureza sociopolítica minoritária dos migrantes transnacionais, sua alterização e a sua exclusão da esfera da humanidade política abarcam a identificação negativa do migrante enquanto não cidadão, não nacional e quase não humano, sendo que sua ‘clandestinação’ e ‘ilegalização’ constituem, na verdade, etapas de uma estratégia econômica-política para a sua redução a mão de obra descartável e sem poder de resistência ou barganha (ELHAJJI, 2017, p. 203-204).

A estes tópicos, acrescentamos a saída do Brasil do Pacto das Migrações em janeiro de 2019, início do governo de Jair Bolsonaro. O “Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular” é um documento destinado a gerenciar a migração internacional, por meio do enfrentamento dos desafios e do fortalecimento aos direitos dos migrantes. Ancorado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, trata-se de importante projeto de cooperação internacional, ao reconhecer que nenhum Estado pode enfrentar a migração sozinho, mantendo sua soberania e obrigações sob a égide das leis internacionais (CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNRIC, 2018). As medidas vinculadas ao Pacto objetivam maior segurança, ordem e supervisão aos migrantes e refugiados nos países de acolhimento. Tais medidas, no entanto, visam não apenas regular, mas também combater a migração irregular e os fatores que a provocam, como o crime organizado e o tráfico de pessoas, por exemplo. Buscam, ainda, fomentar a cooperação internacional, de modo a desburocratizar processos, promover a gestão de fronteiras e combater a exploração dos migrantes (GARCIA, 2019).

Artigo

Durante o anúncio da retirada do Brasil do Pacto, o então chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, apontou que o Governo buscava criar suas próprias diretrizes para a política de migração, frisando que o pacto violaria a soberania nacional (GARCIA, 2019). A esse respeito, a postagem do presidente Jair Bolsonaro em sua rede social *Twitter* ilustra, de modo contundente, tal decisão:

O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO (BOLSONARO, 2019, s/p.).

Além de isolar o país no cenário internacional, a saída do Pacto prejudica não apenas os estrangeiros que adentram o Brasil, mas também os brasileiros que emigram, especialmente aqueles que se encontram em condições vulneráveis no exterior (CASELLA, 2020). A escolha por deixar o Pacto lançou luzes ao posicionamento político do governo que se iniciava, abrindo frentes para o modo que se pensa o “diferente” ou aquele que diverge do modelo compreendido como ideal – o verdadeiro brasileiro patriota. Tais movimentos políticos podem ser referidos como a consolidação de processos estruturais de violência, que passam a ser legitimados e embasados pelo Estado por meio de caminhos legais que institucionalizam as relações humanas em seu nível afetivo, identitário e social. Trazem, assim, contornos à discussão que se pretende construir neste artigo: O que revela este tipo de ação? Seria uma evidência do lugar de exclusão direcionado ao migrante e/ou solicitante de refúgio? Ou uma demarcação dos imigrantes e estrangeiros como uma incômoda categoria no campo político, tal como problematiza Seyferth (2008, p. 1), “[...] associada a risco imponderável nos discursos de apelo nacionalista”?

Neste contexto, pretendemos dialogar com trechos das entrevistas concedidas por três pesquisadoras convidadas, quando da apresentação de suas proposições em mesa intitulada “Atualidade pandêmica e as particularidades da condição migrante”, durante evento organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), da PUC/SP, em setembro de 2021. A primeira convidada, Fernanda Paraguassu², é jornalista, doutoranda em Comunicação e Cultura na UFRJ, onde integra o grupo de pesquisa Diaspotics, sobre migrações transnacionais. A segunda convidada, Giuliana Redin³, é pós-doutora em Psicologia Social pela USP; doutora em Direito pela PUC/PR; mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania pela UNIJUÍ; mestre em Direito pela Universidade Luterana do Brasil; professora na UFSM e

Artigo

coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da mesma Universidade. Já a terceira convidada, Julia Bartsch⁴, é psicóloga, psicanalista e mestre em Psicologia Clínica pelo IPUSP (2021), onde integra o Grupo Veredas, braço do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política, voltado aos cuidados à população imigrante; no campo humanitário, atuou em diversas frentes e países com os Médicos Sem Fronteiras. Os apontamentos aqui retratados foram divididos em tópicos para melhor compreensão, corroborando com a discussão que apontará algumas reflexões finais.

2 RELAÇÕES COM O ESTADO: A CONSTITUIÇÃO DO “NÃO-NACIONAL”

A exclusão originária circunda a vivência do migrante e se caracteriza como estrutural na relação estabelecida com o Estado, já que a própria ideia de um estrangeiro – que aparece geográfica e etnicamente no cerne da constituição de uma nação – carrega em si a produção da alteridade, de um Outro que não é apenas diverso, mas adverso (MAGALHÃES, 2017). Para Domenech (2020), a própria racionalidade do nacionalismo pressupõe a exclusão do “não-nacional”, definido sempre como uma presença ilegítima – que deve ser permanentemente justificada e que, portanto, está sujeita à expulsão –, uma vez que rompe uma ordem social, econômica, política, legal e moral definida em termos nacionais, que precisa, então, ser restabelecida. Giuliana Redin inicia sua narrativa explorando este tema e afirma:

“Quando nos propomos a pensar as migrações internacionais, sobretudo em contexto pandêmico, nós estamos efetivamente tendo que nos deparar com a situação de uma exclusão originária das mais brutais, porque toda nossa ideia de direitos, de pertencimento e de integridade vem sendo constituída pela nossa relação com o Estado, portanto com o Estado-nação. E a ideia de Estado-nação nos apresenta também, como um pleonasma, a própria ideia da xenofobia estrutural, por isso o tema das migrações é um dos que mais desafiam os direitos humanos, porque o direito humano de migrar é negado estruturalmente, sendo negado, inclusive, no conteúdo político e jurídico. Não é à toa que quando nós lemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 13, nós vamos ver que o direito humano de imigrar está restrito às fronteiras. [...] Então, significa dizer que nós não conseguimos sequer avançar em um consenso mínimo de um regime que venha

Artigo

assegurar o direito de imigrar para além das fronteiras, tamanha é a dificuldade de se introduzir uma agenda de direitos humanos dentro daquilo que é pensado na estrutura do Estado, em uma perspectiva totalmente securitária. Esse é um dos maiores desafios: [...] pensar a ideia da exclusão estrutural, pensar aquelas vidas que podem ser sacrificadas e aquelas vidas que se escolhem serem preservadas. [...] E, nessa perspectiva da exclusão e da relação do Estado, nós estamos falando do sujeito vulnerabilizado, do sujeito caracterizado como estrangeirizado no processo de compreensão de identidade nacional, que naturaliza a xenofobia e a exclusão. Isso tem um atravessamento altamente impactado pelas questões de raça e classe, como parte de toda nossa formação de identidade nacional e, sobretudo, se projeta na figura do não-nacional com muito mais facilidade. Então se escolhe qual o 'não-nacional' que será excluído do processo de política de governo. Eu queria, antes de tudo, trazer algumas frases que nos permitem também pensar essa relação [...] do não-nacional estrangeiro, que é esse atravessado pelas questões da raça e da classe e que falam dessa distância, que falam dessa relação de exclusão, ou que falam de uma possibilidade de inclusão para o âmbito do Estado e para a exclusão como sujeito: 'Uma condição incômoda', diz Giralda Seyferth; 'uma permanente provisoriedade' diz Abdelmalek Sayad; 'um estado de ser descontínuo' diz [Edward] Said; 'um sujeito a uma hospitalidade condicionada' diz [Jacques] Derrida. Esses autores⁵ nos convidam a pensar justamente a violência que está presente na vivência de quem é sujeito migrante. Uma violência que primeiro se dá diante do Estado, porque esse sujeito é negado pelo Estado. Então nós estamos falando do Estado xenófobo, que é fascista em sua estrutura, porque ele exclui o outro diferente pela negação como sujeito. Nós estamos falando do sujeito negado na relação com a sociedade de acolhida, que é estruturada a partir de uma identidade nacional, que projeta toda a ideia do inimigo, a ideia da ameaça, que define o bode expiatório de todas as fragilidades, aquela falta que nos constitui como sujeitos. E da própria subjetividade do sujeito que está no processo de mobilidade [...]. Ou seja, do ponto de vista da subjetividade humana, do sujeito desenraizado, do sujeito que está na errância ou aquele que carrega essa fratura incurável de não mais lá estar e também não cá estar. Isso nos permite pensar toda essa dificuldade e essa relação de exclusão que está na situação vivenciada pelo migrante. [...] O sujeito migrante precisa ser categorizado para ser reconhecido, ele precisa ser enquadrado em uma categoria jurídica, a sua

Artigo

presença precisa ser justificada para se poder pensá-lo como algum sujeito, e é um sujeito que é pensado condicionado, é uma presença sempre condicionada, permanentemente provisória como diz Sayad, porque a sua presença demanda todo o entendimento de integração, toda uma ideia de acolhimento, toda uma possibilidade de ruptura daquilo que nos é estrutural, que é a exclusão, que é o medo do outro, que é a dificuldade do encontro com o outro, que é a aversão a um outro a partir da nossa constituição. [...] Acho que o tema documental mostra como o Estado classifica sujeitos, e na medida que classifica, ele também inclui, dá algumas perspectivas e tira outras. Então até para quem trabalha na ponta, tem sempre uma dificuldade de orientar o que fazer numa situação dessas, porque na medida que convida a promover uma solicitação de refúgio como uma medida para alcançar um status de refugiado, da mesma forma cria dificuldades para que ele possa retornar. E o imigrante que fica na fronteira, ele fica a partir de uma realidade que é da fronteira, não necessariamente ele quer ser interiorizado [...]. A grande questão quando se tenta categorizar é porque aí se classifica, e na medida que se classifica a expectativa é das consequências que são definidas por lei, e a norma não consegue capturar toda a complexidade da realidade de quem vivencia e está nessa situação migratória. Portanto, a gente vai dizer que uma das maiores vulnerabilidades é sempre essa condição difícil do imigrante com o Estado, porque, sobretudo, é uma condição de escolha documental [...]" (Trecho da fala de Giuliana Redin, 2021).

3 ATRAVESSAMENTOS PANDÊMICOS: O CASO BRASILEIRO

Em relação ao acirramento das dificuldades no campo dos direitos humanos no Brasil durante a pandemia, Giuliana Redin relata que:

“[A pandemia] acirrou essa grande dificuldade de se pensar direitos humanos e a agenda de direitos humanos de migrações [...]. Se elegeu o bode expiatório em momento de crise, como, por exemplo, novamente o migrante. [...] Isso nos convida a pensar, sobretudo, essa agenda das migrações em tempos como esse da pandemia e eu vou trazer questões bem reais da nossa perspectiva da política de Estado e da política de governo que, desde março de 2020, vem promovendo um verdadeiro desastre humanitário com grupos sociais dos

Artigo

mais vulneráveis. E aqui nós estamos falando dos imigrantes forçados, dos imigrantes por razão humanitária. [...] Em 2017, nós tivemos um avanço muito significativo que foi a Lei de Migração no Brasil. Um avanço, uma conquista dos movimentos sociais, uma conquista com o protagonismo de migrantes, uma luta para o reconhecimento de sua condição como sujeito de direitos. Vejam, estamos falando da palavra ‘reconhecimento’, ‘sujeito de direitos’, mas no conteúdo normativo de uma política de Estado que tenta colocar na centralidade de sua norma ou da política o paradigma de direitos humanos para definir a sua relação com o não-nacional, existe todo um atravessamento que não se consegue superar, porque nós, de fato, temos dentro da política de Estado todo um espelhamento de uma sociedade que é estruturalmente xenófoba. Então nós temos muitos elementos securitários presentes na própria Lei de Migração, mas temos uma política de Estado que fala da regularização documental como direito, que fala da não criminalização das migrações como princípio, que fala da igualdade em oportunidades, que fala do acesso à igualdade de direitos. Apesar disso tudo, em março de 2020, com a pandemia, sem nenhum lastro baseado na ciência ou, eu diria assim, evocado pela própria ANVISA, tivemos o fechamento de fronteiras para a população, sobretudo a venezuelana que ingressava na situação de alta vulnerabilidade ou de imigração por razão humanitária, essa situação fática já reconhecida pelo nosso próprio território [...]. Não é o fechamento de fronteira que impede a migração. A migração é um fenômeno humano, a migração é uma necessidade humana, ela acontece. O que o Estado promove ao fechar uma fronteira para uma população mais vulnerável, muito mais vulnerabilizada ainda em momentos de pandemia, é jogá-los para uma rota insegura, para a rede de exploração, para a indocumentação, para uma situação de total insegurança [...]. Nós tivemos isso em vigência no Brasil por mais ou menos 1 ano e 3 meses, quando, então, novamente se voltou o status da nossa situação assegurando o direito de regularização documental. Pela política de governo nós tivemos então um retrocesso muito significativo envolvendo nosso avanço na política de Estado. E a pergunta é: como é possível, em tempos de pandemia, se retroceder com política de governo, em violação literal a uma política de Estado que assegura direitos fundamentais dentro de seu conteúdo, que está respaldada por convenções internacionais? Essas portarias, inclusive, impediam a possibilidade de solicitação de refúgio, que é um direito assegurado em convenções internacionais. [...]

Artigo

Então uma massa de migrantes que aqui estavam não conseguiam acessar empregos formais, viviam um clima de deportabilidade e todo o medo e a angústia do estar em uma situação altamente provisória, altamente arriscada, de insegurança. O momento da pandemia mostrou a face perversa de uma opção necropolítica de política, ou seja, de se pensar soberania numa ótica de exclusão e instrumentalização de corpos. [...] Então acho que essa destruição é tão brutal que nós infelizmente vivenciamos aqui com políticas de governo, que não se conseguia com facilidade contestá-las sequer em nível das nossas instituições. E isso é o que nós entendemos como mais estranho, afinal já avançamos tanto no marco civilizatório, já avançamos tanto numa agenda de direitos humanos e direitos fundamentais, como é possível um discurso que vulnerabiliza nesse extremo de negar a presença de um sujeito vulnerável por uma portaria interministerial e não se conseguia derrubar essa portaria com facilidade pelas instituições dos órgãos do sistema de justiça, por exemplo? [...] E sempre o argumento que se usava era que estamos vivendo um estado de emergência. Então, um estado de emergência que deveria ser um estado de promoção de políticas públicas aos grupos mais vulneráveis, porque essa é uma política democrática do Estado de Direito que adotavam um estado de exceção. Um gritante estado de exceção em relação aos sujeitos altamente vulnerabilizados, [...] com elementos que potencializam a vulnerabilidade, sobretudo a questão documental. [...] O primeiro instrumento que o Estado pode assegurar para o acolhimento é o acesso a regularização documental de forma facilitada, como direito [...]. A possibilidade do sujeito caminhar, do sujeito se integrar, do sujeito se inserir laboralmente e de estar ali sem que ele esteja naquela condição incômoda sempre de categorização com o Estado. Então a facilitação da regularização documental, justamente o oposto do que foi feito pela política de governo durante a pandemia para os mais vulneráveis. Porque as portarias queriam realmente impedir o acesso dos mais vulneráveis, elas não fecharam os aeroportos, não fecharam os portos. Então as pessoas para outras finalidades podiam com facilidade ingressar no território nacional, mas aqueles que por acolhida humanitária vinham aqui buscar alguma possibilidade de condição, erram barrados e [...] colocados efetivamente numa situação de alta vulnerabilidade, sobretudo pela não possibilidade de documentação” (Trecho da fala de Giuliana Redin, 2021).

Artigo

Júlia Bartsch aborda tal aspecto, ressaltando questões ligadas à xenofobia enquanto marcador determinante de segregação e marco político:

“[...] O que a gente precisa fazer em termos de pandemia é, em primeiro lugar, pensar justamente nas questões de xenofobia. A gente não pode esquecer que muita gente falou ‘ah isso é coisa da China, os chineses que trouxeram, não vamos deixar os imigrantes entrar porque eles vão trazer doença’. [...] A pandemia, mais uma vez, sendo usada de maneira política, e eu diria necropolítica, para afastar a possibilidade de integração de pessoas que vêm de outros países ou pessoas que já estão aqui. Então, [...] sempre pensar o que ela está evidenciando da estrutura que já existe, o que já acontecia antes que a pandemia chegasse para que isso afetasse outras pessoas em situação de vulnerabilidade, entre eles muitos imigrantes que chegam aqui” (Trecho da fala de Júlia Bartsch, 2021).

Fernanda Paraguassu, por sua vez, acrescenta à discussão os aspectos de ordem religiosa, que resultam na criação de rótulos segregacionistas:

“[...] A gente realmente está vivendo um momento muito complicado, quando as autoridades discursam e, em suas falas, tem declarações muito duras. E, a partir dali, surgem rótulos, surgem resistências. Especialmente essa última que é muito preocupante em relação ao recebimento de afegãos, em que é colocado uma grade, uma segregação para o recebimento apenas de cristãos, quando apenas 0,03% da população é de cristãos no Afeganistão” (Trecho da fala de Fernanda Paraguassu, 2021).

4 VIOLÊNCIAS DE LÁ: A MULTIPLICIDADE DO SER (E)MIGRANTE

As hierarquias de alteridade mencionadas pelas entrevistadas retratam a relação de forças existente na produção do imigrante como “duplo do emigrante”, uma vez que “o imigrante, antes de nascer para imigração, é, primeiro, um emigrante [...] em uma relação dialética que une as duas dimensões do mesmo fenômeno” (SAYAD, 1998, p. 18). Seguindo esse pensamento, Júlia Bartsch nomeia como “violências de lá”⁶ os múltiplos

Artigo

atravessamentos que levam o emigrante a deixar seu país rumo ao desconhecido, seja essa uma decisão autônoma ou forçada:

“[...] A questão de ser vulnerável, a gente precisa lembrar sempre que a pessoa é colocada numa posição de vulnerabilidade, ela não é, uma pessoa não nasce necessariamente vulnerável, mas ela é colocada aí por questões sociais e políticas que a gente não pode perder de vista. [...] O que vem no contexto que vai impactar no sofrimento do sujeito [...]. Eu gosto de falar em ‘processos migratórios’ porque a gente não está falando só de refugiado, está falando de pessoas em situação de refúgio, dos apátridas, dos imigrantes que vem por sua conta voluntariamente e do migrante forçado. Cada um desses aspectos vai trazer experiências diferentes, obviamente vai ter sentidos diferentes do que significou sair de seu país, ele criou rupturas com o quê, como é que ele consegue criar vínculos nesse novo lugar, então a gente vai pensando nisso. [...] A gente, quando vai trabalhar com imigrante, a gente está trabalhando com uma pessoa que chega com a própria história. Uma grande questão [que eles falam é que]: [...] ‘vocês da academia, jornalistas, vocês só representam a gente como coitadinho, e a gente tem algo, a gente tem uma história’. [...] Na República Democrática do Congo, por exemplo, eu não trabalhava com imigrantes, eu trabalhava com pessoas que se deslocavam de outras regiões fugindo dos conflitos armados, então é o que a gente vai chamar de deslocados internos. [...] A gente está falando aí de algumas violências. Eu chamo de violências porque a pessoa se sente realmente violentada, ela sente esse sofrimento porque ela passa a violência de ter que sair de sua origem, daquilo que diz quem ela é, para um outro lugar que não vai necessariamente lhe acolher. Então a gente tem o que eu chamo de “violências de lá”, [...] que é justamente tudo o que ela sofre e que a obriga sair de onde ela está. [...] No caso dos meus sujeitos de pesquisa da República Democrática do Congo, eram fatores políticos, de perseguição política. Então as pessoas eram muitas vezes obrigadas a saírem do país e virem pra cá, alguns até sem saber para onde estavam indo” (Trecho da fala de Júlia Bartsch, 2021).

Artigo

5 VIOLÊNCIAS DE CÁ: AS PARTICULARIDADES DO ESTAR (I)MIGRANTE

Ao cruzar a fronteira, o (e)migrante se torna um (i)migrante para a sociedade de acolhida, já que “o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa em seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa” (SAYAD, 1998, p. 16). Guiada pela tendência etnocêntrica de ignorar toda a história pregressa do indivíduo, bem como seus demais atributos e qualificações, a relação “sujeito-sujeito” dá lugar à dialética “nacional-imigrante”, invisibilizando suas singularidades e transformando a personagem “imigrante” na sua única representação identitária, reconhecida então a partir da igualdade estereotipada e pressuposta. Por isso, é imprescindível desnaturalizar a personagem “migrante”, deslocando o olhar analítico para a vivência singular dos sujeitos e os efeitos articulados dos atravessamentos interseccionais de gênero, raça/etnia, classe, nacionalidade etc. sobre as experiências migrantes (MIRANDA, 2017). Esse é o intento perseguido por Júlia Bartsch ao expor a multiplicidade das “violências de cá”, que atravessam e determinam as diferentes vivências migratórias:

“[...] Então, o que a gente vai encontrando com esses deslocamentos, [...] para gente ver que tipo de violências essas pessoas vão sofrendo. [...] Elas chegam com problemas de documentação, o que significa que elas ficam sem uma identidade, sem um documento, sem uma possibilidade de trabalhar e [...] acaba sendo também explorada, porque ela vai agir na urgência, ela não vai agir na racionalidade de ‘eu não quero esse tipo de trabalho’, ela precisa comer, ela precisa suprir necessidades básicas, ela precisa morar, então a gente vai vendo aí questões que vão afetando a vida dessa pessoa. [...] Essas pessoas vão se deslocar de onde elas estão, que é o lugar que lhes dá identidade, que é aquele grupo que vai dizer quem elas são, [...] para ir a um lugar que não é delas, dividir muitas vezes um espaço que não é delas. E quando a gente está falando de moradia, a gente pode estar falando do chamado campo de refugiados, a gente pode falar de um abrigo, a gente pode estar falando de uma casa que é alugada com outras pessoas, mas que não é necessariamente o lugar dela. E como ela vai conseguir fazer com que aquele lugar diga algo para ela. Ela vai, nesse modo de errância, tentando se encontrar nesses lugares. No acesso à educação, a gente vai pensar o fator da língua, que vai ter uma implicação em

Artigo

.....

como essa pessoa consegue acesso a essa educação. [...] A gente está falando também de pessoas que tem uma formação, tem uma graduação e não podem realizar aquilo que estudaram porque elas precisam ter uma revalidação do seu diploma, então vai ter aí também uma questão que afeta a identidade delas. [...] No acesso a saúde, tem uma questão muito importante que é a questão cultural também, porque as pessoas, dependendo de onde elas vêm, das suas origens, elas vão se manifestar de maneiras diferentes sobre o que elas estão sentindo. Não é apenas a questão da língua, não basta ela saber qual é o nome médico daquilo que ela está sentindo, mas expressar o que ela está sentindo. [...] Porque o SUS é universal, ele vai atender todo mundo, mas o quanto as pessoas estão preparadas para receber pessoas de outros países, pessoas de outras culturas. [...] A gente vai ter nessas violências ‘a chegada e o desamparo’, [...] a cultura vai ser diferente, a língua vai ser diferente, a desconfiança vai ser diferente. Vai ter um tipo de estranhamento com aquela pessoa que chega de fora, porque é um estranho. E essa experiência da estrangeiridade vai impactar não só aquele que se desloca, mas também aquele que supostamente acolhe e não necessariamente vai ser acolhedor. Eu sou psicanalista também, então a gente fala que o estranho é visto como ameaça, porque ele ameaça aquilo que não é nosso, o que é diferente ameaça nosso narcisismo. [...] E é isso que a gente vai tentando desconstruir nesse encontro entre o estrangeiro e a pessoa que está ali para amparar esse estrangeiro. A xenofobia obviamente é uma questão importante, [...] se a gente for pensar dentro desse pensamento da necropolítica, ela é uma ferramenta de dominação, uma ferramenta de dizer quem é o inimigo. Xenos vem do grego estrangeiro. Então é fobia do estrangeiro. Esse estranhamento é o que vai justamente dizer ‘este aí não pode estar aqui’, ‘meu presidente diz que essa pessoa não pode estar aqui’. E eu vou acreditando, porque aquilo é interessante, aquilo protege meu narcisismo, mas também é uma política, uma política de dominação que a gente precisa estar atento e que obviamente vai causar sofrimento nessa pessoa que está ali e não necessariamente ela gostaria de estar ali, ela precisa estar. O racismo [...], meu trabalho de uma maneira geral com imigrantes que vem do continente africano e que vem do Haiti também, tem algo interessante, tem uma fala [...] que todos estranham serem tratados diferente por conta da cor da pele, eles se descobrem negros aqui. [...] Esse fenômeno acaba acontecendo com esses imigrantes que chegam no Brasil. Aí a gente tem que prestar uma atenção especial

Artigo

nisso porque o racismo é parte da estrutura do Brasil há muito tempo. A gente teve o fim da escravidão, digamos, em 1888, mas obviamente isso deixou marcas e deixa até hoje, que estão muito evidentes, que a gente vai vendo inclusive no apagamento da cultura africana. [...] E obviamente se a gente está falando que a cultura é parte daquilo que constitui o sujeito, se você apaga essa cultura, você está tentando apagar esse sujeito e isso também vai causar sofrimento para essa pessoa. Nisso tudo aparecem as vulnerabilidades, porque ela vai sofrendo essas dificuldades, esse desamparo, essa indocumentação, essa dificuldade de ser reconhecido pelo outro. Porque a identidade vai se dando justamente nesse encontro com o outro. O outro que fala para mim quem eu sou e faz entender quem eu sou. Mas se esse encontro vai dizendo ‘você não é daqui, vai embora, volta para seu país’, vai tendo representações de racismo e de outros desamparos, isso vai causar um sofrimento psíquico nessa pessoa que a gente precisa olhar. Vamos ter aí as nuances culturais que é algo muito importante. [...] As pessoas vão expressar o que elas sentem de maneiras diferentes, como a gente vai conseguir escutar isso. [...] A gente precisa também ouvir nesse trabalho de troca outras maneiras de pensar, agir, falar e sentir [...]” (Trecho da fala de Júlia Bartsch, 2021).

6 DUPLA INVISIBILIDADE: UM OLHAR PARA A CRIANÇA MIGRANTE

Dentre as inúmeras particularidades que circundam o “estar (i)migrante”, Fernanda Paraguassu enfatiza a condição da criança, retratando sua dupla invisibilidade para defender que a escuta do seu lugar de fala pode contribuir tanto com a sua integração, quanto com a compreensão de como o seu processo migratório se dá e se complexifica, à medida que sua atuação também interfere na integração cotidiana dos pais e nos demais atravessamentos de como os adultos de sua convivência lidam com os desafios propostos em seus modos de existir:

“[...] O objetivo geral do meu trabalho⁷ foi justamente dar visibilidade para as crianças refugiadas, porque elas são duplamente invisíveis, como crianças e como refugiadas e aí a ideia era oferecer um espaço de escuta sensível à criança e contribuir para reflexões para novos paradigmas da comunicação, porque a comunicação [...] permite a gente ir atrás de aspectos subjetivos, aspectos simbólicos que muitas vezes são esquecidos, em especial nas

Artigo

políticas públicas. As pessoas não conseguem materializar em políticas públicas demandas subjetivas, demandas que influenciam e impactam as demandas simbólicas de uma criança que chega em uma condição de vulnerabilidade de outro país. Então, a ideia é deixar que a criança fale desde seu próprio lugar. O objetivo específico do meu trabalho foi compreender como se dá a inserção da criança refugiada no novo espaço social, cultural e simbólico. [...] A partir de basicamente três premissas: a migração é um fenômeno histórico irreversível, mesmo no contexto pós-pandemia; [...] metade dos refugiados no mundo são crianças; [...] há uma visão adultocêntrica dos estudos migratórios, [na qual] o ponto de vista da criança não é considerado; na grande parte dos estudos migratórios, a criança é considerada um apêndice da família, então justamente por ela não ter voz nessa decisão da migração ela é deixada à margem, mas a criança tem um papel fundamental na construção desse novo espaço social e simbólico quando a família chega no novo país, no país de acolhimento. [...] Basicamente três teorias foram consideradas: a comunicação intercultural, onde há uma vontade da interrelação no lugar da dominação entre as culturas; a migração transnacional, onde a gente encontra fronteiras visíveis e invisíveis; e a infância. A criança nesse trabalho é considerada sujeito da pesquisa. É claro que a gente sabe que ser criança no campo de refugiados na Jordânia não é a mesma experiência que ser uma criança em um abrigo em Roraima e também não é a mesma coisa que ser criança interiorizada no Rio de Janeiro, mas a gente pode afirmar com certeza que ser uma criança refugiada é, antes de mais nada, ser criança. [...] O meu trabalho de campo consistiu em dois momentos, então eu usei dois métodos diferentes: o primeiro foi uma observação empírica das crianças venezuelanas no campo de abrigos de Roraima; [...] e no segundo momento aí sim uma pesquisa qualitativa por meio de uma conversa vinculativa com o uso de uma atividade que eu criei para abordar essas crianças [...]. Então, no primeiro momento, na observação de fronteira, a gente observa que são dados os primeiros passos na liminaridade, você tem ali uma ruptura, é a fronteira do antes e do depois, do aqui e do lá, do eu e de um diferente. [...] E toda essa estrutura da fronteira é uma estrutura criada para ser temporária, então você tem kits de comida, os hospitais de campanha, as construções das tendas. É toda uma estrutura criada para ser temporária, mas que acaba se tornando muito mais prolongada. Então são pessoas indesejáveis sob um tratamento planejado para controlar, filtrar e confinar. Eles são retirados, eles são deixados à margem. O governo vai depois ter uma série de controle,

Artigo

minimamente de controle, para que essas pessoas saiam dali e sejam interiorizadas. É muito importante dizer que toda observação é situacional, [...] mas eu acho que os aspectos simbólicos, os aspectos sociais que a gente encontra ali, eles basicamente são esses mesmos, da criação dessa fronteira simbólica. Então a importância do contexto das situações observadas não é deixada de lado, muito pelo contrário. [...] O que a gente pode tirar dali com muita clareza é uma simbiose de culturas, então você já tem ali dentro dos abrigos todas as sinalizações em espanhol, nos abrigos dos indígenas normas de saúde, de higiene mais básicas, de legislação também e normas nos abrigos infantis, [...] onde que as crianças devem estar, que as crianças não devem deixar abrigo sozinhas. Então ali se forma um novo ar cultural, uma nova identificação local, novas relações de poder. Quando eu estive lá havia um grupo de adolescentes pedindo para que eles também tivessem uma tenda só para eles, já que as crianças pequenas têm uma tenda do UNICEF com algumas atividades lúdicas, porque ainda não tem idade escolar ou não há escola para todos ainda, então é interessante porque eles mesmo se organizam para demandar algumas coisas ali dentro. E no segundo momento, a conversa vinculativa, então foi um pequeno grupo escolhido de algumas crianças venezuelanas e outras congolêsas. Eu não tenho a pretensão com essa pesquisa de generalizar a condição da criança, mas a gente busca aspectos individuais com acentos coletivos, o que a gente pode tirar de experiências com uma criança e com a outra e tentar ampliar isso, se isso acontece com essa criança de que forma que isso também poderia acontecer com outras crianças. [...] É um pequeno retrato de um grupo selecionado e que depois foram feitas micro-histórias e essas micro-histórias recheiam um texto de forma que elas juntas tentam representar um amplo universo de ser no mundo dessas crianças. Então o que essas crianças fazem é uma restituição de mapas subjetivos de uma realidade em continua mudança. [...] São testemunhos particulares de crianças que são aparentemente invisíveis para os estudos acadêmicos e, muitas das vezes, invisíveis justamente pelo fato de terem um passado de vida muito curto, uma necessidade de um presente muito forte e talvez não muita convicção... não tem muita consciência de uma vida no futuro. [...] E aí a atividade de construção do novo lar, que é uma casa de papelão que eu fiz de papel cartão e fiz um pequeno roteiro: [...] são envelopes com figuras de vários temas e a criança tinha que escolher uma figura, colocar na casa e me dizer apenas por que ela escolheu aquela figura.

Artigo

[...] Então elas ficavam encantadas com essas figuras e me contavam, dali saíram várias histórias a partir dessas figuras, histórias de vida, histórias que elas vivenciaram. [...] E aí todos esses elementos dessas casas se tornaram instrumento do novo espaço social, cultural e simbólico dessas crianças, [...] o novo lar deles representou a reunião dos seus afetos, então só escolheram aquilo que eles gostaram, o que eles não gostavam ficava de fora da casa. [...] O idioma foi colocado [...] e a alimentação também foi bem interessante, porque praticamente todos eles falaram que era complicado gostar de feijão com arroz todo dia, porque eles estudam em escola pública. [...] Em relação ao acolhimento, a falta de amigos foi o que mais chamou atenção, [...] [de modo que] a igreja, os eventos sociais que reúnem refugiados, tornam-se um porto seguro para essas crianças, mostrando que eles vão continuar na bolha. [...] Sobre as subjetividades encontradas nesse trabalho, há o rompimento do laço afetivo e as crianças têm consciência disso, o aqui e o lá é muito presente, a mistura quando eles tentam resgatar a memória, [...] as mídias digitais continuam bastante presentes mesmo tendo só um celular na família, só o celular da mãe, e ao mesmo tempo que elas ajudam no contato com a outra cultura, elas também fazem permanecer o vínculo com o outro país, então fica aquela dualidade, aquela dupla nostalgia: você não está totalmente aqui, nem totalmente lá. Família e escola são fontes primárias de convivência, assim como a igreja de Centro de Apoio. [...] E o eixo comum entre essas infâncias diferentes que eu destaquei, que estão em situações diferentes, em contextos diferentes [...] foi a busca pelo acolhimento com afeto. Pode parecer uma coisa básica, mas isso aparece com muita evidência quando a criança chega ao ponto de que não queria escolher a bandeira do Brasil por não se sentir acolhida ou querer mudar de país porque não está gostando da escola é que a gente vê a importância de pensar de que forma está sendo feito esse acolhimento. [...] E o pertencimento ao país talvez seja ainda um pouco cedo para gente analisar isso, as crianças se sentem um pouco daqui e um pouco de lá, talvez tenham que viver um pouco mais. [...] Então as considerações finais que eu deixo aqui é da criança refugiada, como é protagonizada com suas forças, mas também com fragilidades, porque muitas vezes ela se torna o tradutor oficial da família [...] e isso gera ansiedade, uma responsabilidade acima da sua condição emocional, então isso também tem que ser visto com atenção. Uma reflexão para tomada de consciência no sentido da produção de subjetividade que leva a hospitalidade, então, muitas vezes, a gente

Artigo

.....

tem as leis que permitem o acesso à escola, mas de que forma isso é feito, de que forma as outras crianças estão vendo ela. [...] O que é certo é que crianças não são esponjas, não estão prontas para o que der e vier, é preciso ter atenção como será o cenário pós pandemia, essas incertezas se somam às incertezas do mundo. [...] O que eu coloco aqui é que a criança deve ser escutada, porque às vezes ela não está pronta para falar, mas ela tem muito o que dizer, não apenas com palavras, mas com os olhares, com suas atitudes, com seu comportamento. E a gente pensar na nossa responsabilidade em relação às crianças, não as silenciar, pelo contrário, escutá-las” (Trecho da fala de Fernanda Paraguassu, 2021).

7 SINGULARIDADES EM CHOQUE: INTEGRAÇÃO OU ASSIMILAÇÃO?

Como demonstrado, a migração pressupõe, na maioria dos casos, um processo de aculturação, “definida como mudanças que ocorrem como resultado do contato entre grupos” (BERRY, 2004, p. 31), envolvendo níveis e formatos variados. Assim, é chamado de *assimilação* quando os indivíduos renunciam a sua herança cultural para interagir com outras culturas; *separação*, quando é reforçada a manutenção da cultura de origem em detrimento de qualquer interação com os demais; *integração*, no processo em que se busca um certo nível de manutenção cultural, ao mesmo tempo em que participa integralmente da sociedade majoritária; e *marginalização*, na situação em que não há nem a manutenção cultural nem a abertura para a nova cultura. O autor ressalta que, em muitos casos, o grupo minoritário não tem autonomia para escolher o modo como se dará a aculturação, uma vez que o grupo dominante pode impor o *melting pot* (assimilação), a *segregação* (separação) ou a *exclusão* (marginalização). Nesse cenário, Berry (2004) conclui que a *integração* se caracteriza como um processo que envolve tanto a continuidade como a mudança, possibilitado pela reciprocidade e pela acomodação mútuas, pressupondo “a aceitação por parte de ambos os grupos, dominante e não-dominantes, do direito de todos os grupos viverem como povos culturalmente distintos dentro de uma mesma sociedade, compartilhando instituições comuns e em transformação” (p. 35).

Assim, a busca pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária implica considerar toda e qualquer tradição como uma “matriz de significados possíveis, que em geral dá o sentido de vida para seus participantes” (CIAMPA, 2004, p. 397). Nesta visão, a imigração

Artigo

deixa de ser classificada como uma “invasão indesejada” para ser considerada uma oportunidade única de entrar em contato com a diversidade cultural, de onde “nascem as novas ideias, diferentes formas de entender os problemas, a questão da tolerância, o perceber como o outro funciona para o compreender e não gerar atritos” (DUTRA; GAYER, 2015, p. 14). Essa perspectiva é apresentada por Júlia Bartsch, por meio da proposta da “interculturalidade”, que retrata justamente uma postura de abertura, regida pela possibilidade da troca de experiências entre “nós” e “eles”:

“A proposta da interculturalidade é algo que eu gosto muito de apresentar. [...] Diferente da multiculturalidade, que a gente reconhece que são várias culturas, mas elas não necessariamente se conversam, na interculturalidade a gente vai pensar que existe a possibilidade de troca. Nós, enquanto pessoas que trabalhamos com o imigrante, também somos estrangeiros para essa pessoa. Então o que essa pessoa pode trazer que é interessante para mim. Essa pessoa, como disseram os sujeitos da minha pesquisa, elas não são só ‘coitadinhos’, elas são alguém. [...] São histórias, são pessoas que trazem algo com elas, elas têm uma cultura. Então a interculturalidade vai procurar isso, vai procurar entender que o que eu entendo como manifestações de sentimentos, de situações é o que eu aprendi, mas o que essa pessoa está falando para mim? Às vezes a gente precisa se despir da própria cultura para poder entender a cultura do outro, e também para poder introduzir a nossa cultura de uma maneira que essa pessoa não sinta que essa introdução seja algo intrusivo, seja algo de dizer ‘agora você vai falar do meu jeito, vai se vestir do meu jeito, vai comer do meu jeito’. Então, na verdade, é mostrar-se aberto para a ideia de que existe uma diversidade de culturas e que isso vai fazer esse encontro muito mais enriquecedor. [...] Pensar justamente no que a gente pode fazer para não apenas se colocar no lugar da pessoa que está lá pra cuidar, [...] mas também entender que a gente faz parte desse processo de transformação do imigrante e de nós mesmos. [...] Então uma das coisas que eu sempre oriento é que você consiga entender que existe ali um encontro entre pessoas, não é simplesmente uma pessoa que chega ali precisando de um cuidado, seja um cuidado médico, seja um cuidado em saúde mental, mas é uma pessoa que chega ali com uma história, ela vem de um lugar, ela vem com uma identidade, ela tem o jeito de falar dela, então a gente, enquanto pessoa que cuida, não se colocar no lugar de suposto

Artigo

saber. [...] A gente precisa realmente se colocar no lugar de escuta e entender os nossos próprios incômodos, por que esse estrangeiro me incomoda? [...] Porque eu fui formada enquanto pessoa a acreditar que ser civilizado é agir de uma certa maneira, dentro do meu grupo, mas aquela pessoa vem de outro grupo, para ela é diferente, então vamos aprender também nesse encontro. [...] A integração ela só se dá se o que ela traz com ela também é acolhido, não basta dar casa, comida e documento. Ela precisa entender que ela, enquanto pessoa, enquanto sujeito, enquanto alguém que tem ali as suas próprias características, também está sendo acolhido” (Trecho da fala de Júlia Bartsch, 2021).

Seguindo o pensamento explanativo a respeito da “integração”, Fernanda Paraguassu exemplifica a importância de olhar para as subjetividades envolvidas no encontro com a alteridade, retratando como os soldados vão muito além do papel social ali representado enquanto integrantes da instituição do “exército”:

“[...] Quando eu estive em Roraima, eu observei a troca do contingente dos soldados, [...] e você via ali os soldados chegando, soldados que são abordados e abordam diretamente os venezuelanos se esforçando no espanhol; você vê ali todas as soldadas mulheres que passam meses longe, que deixam seus filhos pequenos também em casa. [...] Então, quando a gente fala, por exemplo, do exército ajudando, do exército como instituição, a gente também tem que pensar que são pessoas lidando com pessoas. Esse encontro entre pessoas é muito importante, o tratamento que é dado aos dois lados. [...] E, de novo, eu bato na tecla da informação, de você saber exatamente o que é o refúgio. [...] E aí uma coisa também que é interessante... a resistência chega a ser tão grande que, muitas vezes, as pessoas não optam pela solicitação de refúgio e preferem a residência, porque elas mesmas não querem o rótulo do refúgio. [...] Então eu acho que a informação correta em todos os sentidos, de todos os lados, é muito importante... o esclarecimento de todos, porque você tem de um lado a resistência, o preconceito, a discriminação e que leva, muitas vezes, a pessoa abrir mão, sem saber de seus direitos legais. [...] Eu acho que quando a gente se aproxima de situações, e chega perto de pessoas, a situação começa a mudar, a gente consegue criar uma certa empatia (Trecho da fala de Fernanda Paraguassu, 2021).

Artigo

Nesse sentido, Giuliana Redin defende a importância do processo de formação e sensibilização dos agentes públicos que lidam com a realidade do imigrante, trazendo as questões que perpassam o cotidiano desse grupo, o modo como é acolhido, qual a sua possibilidade de comunicação e quem é o sujeito agente presente nesse processo de encontro com o outro:

“[...] A gente fala de instituições, toda a questão que envolve o primeiro momento da acolhida de um imigrante, que já vem em um processo de travessia, de vulnerabilidade, traumático, [...] e ele encontra o primeiro sujeito, que é um sujeito ligado a segurança do Estado. Ele não vem para uma acolhida de direitos humanos, ele vem para uma acolhida ligada a uma Polícia Federal, ligada ao Ministério de Justiça e Segurança Pública, e que é formado dentro de uma cultura também muito securitizada em relação à questão do imigrante. A gente sabe que também tem todo um processo de formação que se faz, de sensibilização, sobretudo desses agentes que estão atuando mais na ponta da fronteira. E é fundamental, é muito importante pensar, para a própria integração do migrante, na formação de agentes públicos que vão lidar com a realidade do imigrante, não importa em qual instituição que o agente público está ligado. [...] Então é pensar o português como língua de acolhimento, é pensar formas de comunicação que também sejam de promoção de autonomia e de compreensão, você se sentir naquele lugar de poder falar sobre as suas demandas e poder sentir o apoio dos pares que estão ali no processo da comunicação, com possibilidades de acessar a informação, de conseguir enfim se colocar. [...] Há uma lógica sempre de se pensar a assimilação, de se pensar o imigrante como alguém a ser assimilado. [...] A adaptação como uma assimilação, o risco disso ser promovido com muita facilidade. E a expectativa do sujeito, que está nesse processo de encontro com o outro, de achar que está promovendo a integração, quando, na verdade, pode estar promovendo muito mais rupturas, muito mais estranhamento, angústias e tudo que está ligado a ideia dele não se sentir estar ali, que tem algo que não integra” (Trecho da fala de Giuliana Redin, 2021).

8 REFLEXÕES FINAIS

Diante das reflexões elaboradas acerca das experiências e resultados de pesquisas desenvolvidas pelas profissionais convidadas, buscou-se explorar as vulnerabilidades promovidas pela necropolítica e os modos como estas invisibilizam singularidades e naturalizam, de modo estereotipado e perverso, o “ser/estar migrante”. Fernanda Paraguassu, ao focar na dupla invisibilidade que circunda a criança, desvelou as fronteiras físicas e simbólicas presentes no encontro com a alteridade e a importância da comunicação no enfrentamento da estigmatização do migrante como “não-nacional”, que desumaniza e retira o “direito a ter direitos”. Giuliana Redin, partindo da perspectiva do Direito e do pensamento do Estado, explanou o quanto a nova lei migratória foi um avanço em direção à agenda de direitos humanos, que, no entanto, vem sendo minada pela permanência da cultura securitária, impondo inúmeros retrocessos que impedem sua real aplicabilidade. Júlia Bartsch, por sua vez, buscou resgatar a humanidade negada pelas diversas violências impostas lá e cá, desvelando as particularidades que atravessam e definem as experiências migratórias.

Estabelece-se, nesse sentido, uma interconexão entre os processos de exclusão e inclusão que envolvem a identidade da pessoa migrante e o desenvolvimento das políticas identitárias atreladas à noção de território e de nacionalidade. A partir do pensamento de Ciampa (2002), que define que a construção das identidades é um processo sobretudo político, percebe-se que a determinação da identidade migrante extrapola em muito o ato de cruzar fronteiras territoriais. O sujeito migrante é constantemente sujeitado a processos sociais e políticos que evidenciam diversas vulnerabilidades estruturais e não dizem respeito a questões ou condições individuais, mas, sim, um processo sócio-histórico de composição das relações de poder e de dominação.

No caso das migrações, é necessário atentar para as políticas formais que são estruturadas mediante a burocratização dessas relações e que carregam em si o histórico das lutas por reconhecimento e garantia de dignidade. Furlan (2020) faz uma colocação importante a respeito da institucionalização de lutas como esta e afirma que, ao passo que a estruturação de políticas formais é extremamente necessária para garantia e proteção de direitos, esse processo também marca a integração dessas lutas ao mesmo sistema que

Artigo

gerou essas desigualdades. Logo, as reflexões trazidas evidenciam que, quando as lutas são formalizadas em políticas de difícil acesso e execução, ou quando as estruturas de poder favorecem o desmonte progressivo dessas garantias, a figura do Estado passa a reforçar as identidades marcadas pelas relações de preconceito, exclusão e tantos outros tipos de violência.

Yazbek (2003) faz uma importante contribuição ao debate, lançando seu olhar às classes e grupos subalternos. A autora coloca que a condição de subalternidade é traduzida pela imposição de um projeto político, determinado por uma classe dominante, que necessariamente depende da presença, trabalho e existência da subalternidade. A determinação coletiva dessa identidade, portanto, é o que permite o reconhecimento dos sofrimentos e dificuldades concretas como efeitos de processos e dinâmicas políticas mais abrangentes. Assim, “ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevaleçam os interesses de classe” (p. 19).

A imposição desse projeto de identidade, consolidado por uma invisibilização sistemática e legitimada por um sistema burocrático falho, é uma condição de violência primária, de negação do reconhecimento do indivíduo enquanto ser político, histórico e componente de um sistema social que depende desses processos para se manter. Retrata, assim, as (im)possibilidades de emancipação que se constituem na contemporaneidade, sobretudo diante do cenário pandêmico.

À guisa de encerramento, faz-se relevante “*perceber o quanto essa condição de ser migrante é também uma imposição de uma identidade, o quanto isso é muitas vezes degradante de um ser e impõe uma forma de existência que fere a todo e qualquer direito que um ser humano pode estar submetido*”.⁸ As entrevistadas apresentaram, de modo claro, o movimento necropolítico que remete à (in)tolerância do migrante no contexto brasileiro, em diversas esferas. Um modo simbólico de estruturar as relações, que atravessa a objetividade por meio das práticas do cotidiano, nas quais se dão as “escolhas” dos corpos que devem viver ou morrer. Nesta morte simbólica, são subjugadas existências cujos potenciais são apagados e os direitos silenciados. A negação da existência do outro “estranho” aparece nas vulnerabilidades impostas diariamente, na hospitalidade condicionada, na ausência de políticas condizentes, nas dificuldades documentais que

Artigo

impedem uma inserção digna. A existência de barreiras físicas e simbólicas evidenciam aspectos que, cada vez mais, se sobrepõem à famigerada ideia do Brasil como um país acolhedor.

Logo, a proposta deste manuscrito, desenvolvido após um debate promovido em evento ao longo da pandemia, com o objetivo de apresentar a condição migrante em face à crise de saúde pública, acabou por revelar um silêncio estarrecedor, que, aos poucos, ecoa. É na escuta deste silêncio no cotidiano, nas esferas políticas e psicossociais, que a morte simbólica condicionada à não garantia de um lugar de existência genuína pode, talvez, ser combatida de modo amplo, uma vez que as trajetórias pessoais são, também, trajetórias coletivas (SAYAD, 1997).

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2009.

BERRY, John W. Migração, aculturação e adaptação. *In*: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de (org.). **Psicologia, E/Imigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 29-45.

BOLSONARO, Jair. **Pacto migratório**. 9 jan. 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1082924268361519104>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CASELLA, Paulo Borba. Brasil completa quase dois anos fora do Pacto Global para Migração da ONU. **Jornal da USP**, Atualidades, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-completa-quase-dois-anos-fora-do-pacto-global-para-migracao-da-onu/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). **Pacto Global para a Migração**. UNRIC, 04 fev. 2019. Disponível em: <https://unric.org/pt/pacto-global-para-a-migracao/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CIAMPA, Antonio da Costa. Fundamentalismo: a recusa do fundamental. *In*: PINTO, Elisabete Aparecida; ALMEIDA, Ivan Antônio (org.). **Religiões: Tolerância e Igualdade no Espaço da Diversidade**. São Paulo: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, 2004. p. 393-397.

CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. *In*: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo (org.). **Uma psicologia que se interroga** – ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

Artigo

DOMENECH, Eduardo. Inmigración, política(s) y “pensamiento de Estado”: la mirada crítica heterodoxa de Abdelmalek Sayad. *In: DIAS, Gustavo et al. (org.). A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. São Paulo: EDUC, 2020. p. 93-114.

DUTRA, Cristiane Feldmann; GAYER, Suely Marisco. A inclusão social dos imigrantes haitianos, senegaleses e ganeses no Brasil. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13067>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transacional em busca de cidadania universal. **Interin**, Paraná, v. 22, n. 1, p. 203-220, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/i/article/view/568/529>. Acesso em: 06 jun. 2022.

FURLAN, Vinicius. **(Bio)políticas de Reconhecimento e Modulação de Personagens**. 2020. 159 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

GARCIA, Luiz Leandro. O que é o Pacto Global de Migrações da ONU? **Politize!**, Política Internacional, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/pacto-global-migracoes/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 355 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MIRANDA, Suélen Cristina de. **A imigração haitiana para o Brasil: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação**. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

RUSEISHVILI, Svetlana. Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo. *In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luis Renato; NANDY, Shaylen (org.). Migrações internacionais e a pandemia da COVID-19*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. p. 160-166.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina

Artigo

Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. A maldição. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 651-653.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Seguro, Centro Cultural de Eventos do Descobrimento, 2008. Disponível em: http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda._imigrantes_estrangeiros_a_trajetoria_de_uma_categoria_incmoda_no_campo_politico.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2003.

¹ Relato retirado de: GRUPO DE ASSESSORIA A IMIGRANTES E A REFUGIADOS (GAIRE). **Múltiplos olhares: migração e refúgio a partir da extensão universitária**. Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2016. p. 45.

² **Fernanda Paraguassu** é autora do livro infantil sobre refúgio "A menina que abraça o vento - a história de uma refugiada congoleza" (Editora Voo). Seu trabalho final de mestrado, que trata de narrativas de infâncias refugiadas, foi vencedor do Prêmio Compós, na categoria de Melhor Dissertação de 2021.

³ **Giuliana Redin** é professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito e do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordena o MIGRAIDH (Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM) e lidera o Grupo de Pesquisa CNPq Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional. Atua na área do Direito Internacional e Direitos Humanos e pesquisa Migrações Internacionais e Direitos Humanos.

⁴ **Julia Bartsch** é ex-presidente do MSF-Brasil (2017 a 2020), tendo trabalhado em países como Honduras, Chade, República Democrática do Congo, Guiné Conacry e Libéria. No Brasil, coordenou recentemente a força-tarefa de saúde mental durante a pandemia da covid-19, prestando suporte a profissionais de linha de frente. Com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, esteve também na República Democrática do Congo e no Sudão do Sul.

⁵ Giuliana Redin aprofunda as colocações destes autores no livro de sua autoria. Cf. REDIN, Giuliana. **Psicologia Social da vulnerabilidade do migrante internacional**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2022.

⁶ Julia Bartsch faz referência aos tópicos trabalhados em sua dissertação de mestrado. Cf. BARTSCH, Julia. **Estrangeiro do outro, estrangeiro de si: o (re)conhecer-se para imigrantes e refugiados da República Democrática do Congo na cidade de São Paulo**. 2021. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

⁷ Fernanda Paraguassu se refere à sua dissertação de mestrado. Cf. PARAGUASSU, Fernanda. **Narrativas de infâncias refugiadas: a criança como protagonista da própria história**. 2020. 163 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

⁸ Fala literal de Cecília Pescatore Alves, coordenadora do evento, quando do encerramento da mesa de debate.

Recebido em: 23/08/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional** que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.